



Presidência da República
Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL EM 2004



**Um país de todos
se constrói com diálogo**

Secretaria Especial do
Conselho de Desenvolvimento
Econômico e Social



ÍNDICE

1. Introdução	3
2. Política Industrial	4
3. Política Macroeconômica	4
4. Infra-Estrutura	8
5. Desenvolvimento Regional	9
6. Política Social.....	9
7. Micro e Pequenas Empresas, Informalidade e Autogestão	10
8. Agenda Nacional de Desenvolvimento	11
9. Diálogo Social : Alavanca para o desenvolvimento	12
10. Diálogo Sobre a Dimensão Social da Globalização	12
11. Licenciamento Ambiental.....	12
12. Desenvolvimento Econômico e Social e moradia: Perspectiva do Setor Habitacional	12
13. Reforma Universitária	12
14. Atividades Internacionais	13

1. Introdução

Durante o ano de 2004, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social- CDES, realizou cinco reuniões plenárias várias reuniões de grupos temáticos e de acompanhamento, colóquios e mesa-redonda, além de concertações locais em Santo Ângelo e Quarta Colônia, no Rio Grande do Sul, Valente (BA), Recife (PE), Alfenas (MG) . Ao longo destes eventos foi possível promover um debate amplo e profundo sobre diversos temas de interesse da sociedade civil e do Governo, especialmente, sobre o desenvolvimento nacional. Aos conselheiros foi dada a oportunidade de um entendimento amplo das políticas de Governo, as implementadas e as ainda em fase de elaboração, através de apresentações dos Ministros de Estado, de se posicionar em relação a diversos temas e participar do processo político, colocando suas sugestões e avaliações. Ao Governo, foi possível expor detalhadamente suas ações, colher propostas e subsídios para serem incorporados às suas políticas e, ainda, ter um balizamento da posição da sociedade em relação ao seu desempenho. Tudo isto, através do debate sincero e informado, fundamental para a tarefa prioritária dos conselheiros, que é a construção da Agenda Nacional de Desenvolvimento, instrumento no qual serão traçadas metas para se chegar a um projeto de Nação democrática, socialmente inclusiva, redutora de desigualdades, com desenvolvimento equitativo e sustentável e com inserção internacional soberana.

A amplitude dos trabalhos do Conselho pode ser percebida na variedade de temas que foram tratados ao longo deste ano. Desde política industrial, passando pela política econômica, discussões sobre infra-estrutura, até a política social. Gostaríamos de destacar ainda, a sanção da Lei das Parcerias Público-Privadas em dezembro de 2004, de cuja elaboração este Conselho pôde participar, debatendo com o então Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, as linhas gerais do anteprojeto de lei das PPPs em outubro de 2003.

Além de todas estas atividades, a Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social tem ampla atuação no debate internacional sobre a participação da sociedade civil nas iniciativas governamentais, através da colaboração na Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares (AICESIS) e na cooperação com vários conselhos europeus. O ministro Jaques Wagner participou, ao longo de 2004, de atividades em países da América Latina com o objetivo de estimular a disseminação da cultura do diálogo social como instrumento para fortalecer a democracia no continente.

É muito importante ressaltar o total apoio do Presidente Lula às atividades do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Não fosse sua confiança no processo de diálogo e participação da sociedade civil, o Governo Lula não teria tomado a iniciativa inédita de implantar o CDES.

A seguir, uma síntese dos principais temas discutidos durante as reuniões promovidas pelo CDES ao longo de 2004, seguido das principais recomendações. Estas recomendações foram encaminhadas aos ministérios que informaram o encaminhamento dado ou as relacionaram com as políticas em curso.

Um CD anexo a esta publicação traz a íntegra dos relatórios das atividades. As exceções são para os relatórios das reuniões do GT Fundamentos Estratégicos para o Desenvolvimento dedicadas à Agenda Nacional do Desenvolvimento, cujo documento final ainda está em elaboração e será submetido ao Plenário do Conselho e o relatório sobre a Mesa-Redonda "Diálogo Social – Alavanca para o Desenvolvimento", cujo evento tratou de temas amplos e essenciais para o debate acerca do desenvolvimento da Nação, sobre o qual o CDES prepara uma publicação especial .

Esperamos que este material seja de grande proveito aos senhores conselheiros e que possam ter a exata dimensão da importância dos debates travados neste ambiente novo de promoção do diálogo social para a superação das desigualdades sociais e contínuo processo de desenvolvimento do nosso País.

2. Política Industrial

Este tema foi objeto de três encontros, sendo que um deles, foi na primeira reunião do Plenário do CDES em 2004. O primeiro debate sobre Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior foi feita pelo Grupo Temático Fundamentos Estratégicos para o Desenvolvimento. Os conselheiros destacaram os setores de biotecnologia, informática, nanotecnologia e agronegócio, como sendo importantes para o desenvolvimento brasileiro. Também foi bastante defendida a importância da pesquisa para o desenvolvimento da política industrial. Além do incentivo à instalação de fábricas, as políticas governamentais precisam estimular a instalação de centros de pesquisa e tecnologia, como instrumentos de suporte ao desenvolvimento industrial. Pediu-se atenção às políticas macroeconômicas, já que juros altos, taxa de câmbio e tributos são elementos que podem ser obstáculos à implantação de uma política industrial eficiente.

Na Reunião do Plenário do Conselho, o Ministro Luiz Fernando Furlan, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, afirmou que os objetivos da Política Industrial são: diferenciação, inovação, inserção externa e criação de empregos. Os quatro setores eleitos como opção estratégica da política industrial são *software*, semicondutores, fármacos e medicamentos e bens de capital, devido ao seu potencial de desenvolvimento de novos produtos, seu impacto horizontal na economia e, também, pelo impacto social.

No último encontro para tratar do tema, que também contou com a participação do MDIC, o Ministro Luiz Fernando Furlan destacou que um dos principais eixos de atuação do Ministério é a eliminação ou redução das barreiras burocráticas sobre a produção e a exportação. Os Conselheiros destacaram o impacto das micro e pequenas empresas na geração de emprego e renda, tornando necessário que se dê atenção à capacidade exportadora das mesmas, empenho para que haja aumento do número de empresas exportadoras e manutenção da taxa de câmbio em patamares estáveis e relativamente desvalorizados.

A seguir as sugestões apresentadas pelos conselheiros e acolhidas pelo MDIC:

1) Criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) em abril. O CNDI já realizou quatro reuniões este ano;

2) Criação da "Sala Especial de Atração de Investimentos", foi aprovada com o objetivo de reunir representantes das principais áreas do Governo Federal para apoiar o investidor estrangeiro que busca informações sobre o Brasil;

3) Criação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, cuja proposta de criação foi aprovada na Câmara dos Deputados e encaminhada ao Senado;

4) Revisão do impacto da Cofins, através da desoneração dos bens de capital estimulada com a redução do prazo para o aproveitamento de crédito do PIS e da COFINS;

5) Apoio à pesquisa e inovação, através da Lei de Inovação, sancionada pelo Presidente;

6) Adoção de uma política de software livre e criação de um grupo de trabalho sobre compras governamentais. O MDIC informa que este trabalho está sendo definido por um grupo coordenado pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI). Uma política de indução governamental para o desenvolvimento de software livre e nacional está sendo discutida por um subgrupo de trabalho sobre compras governamentais coordenado pelo Ministério do Planejamento;

7) Modernização da Política Aduaneira. O MDIC informa que há uma proposta sobre o tema em discussão com o Ministério da Fazenda;

3. Política Macroeconômica

A política econômica foi debatida com o ministro da Fazenda, Antônio Palocci em duas reuniões plenárias ao longo de 2004. A última delas, que tratou da Política Tributária e da Política de Crédito também contou com a participação do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Aos conselheiros do CDES o ministro Antônio Palocci afirmou que o Governo Lula consolidou a estabilidade macroeconômica ao adotar uma política fiscal baseada em contenção de despesas; ao implantar uma política monetária com força para combater o surto inflacionário ao final de 2002; e implementar medidas que melhoraram as contas externas e a composição da dívida pública. A redução da dívida em termos absolutos e em termos da sua relação com o PIB foram colocadas como premissas básicas para a estabilidade e manutenção da carga tributária.

Os Conselheiros apontaram a sonegação fiscal e os encargos da dívida pública como entraves para o desenvolvimento brasileiro. O Ministério da Fazenda, através da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional têm se empenhando em aumentar a recuperação de créditos não-pagos e combater a sonegação de tributos. Além disso, intensificou-se a atuação e a integração dos órgãos federais entre si e com os órgãos estaduais e municipais no combate à fraude e à sonegação fiscal, mediante o aprimoramento do controle da cobrança de tributos. Quanto aos encargos da dívida, o Ministério da Fazenda explica que nos últimos dois anos houve uma significativa diminuição do endividamento público, que passou de 55,5% do PIB em dezembro de 2002 para 51,1% em novembro de 2004. Além disso, houve uma mudança em sua composição que reduziu a parcela da dívida corrigida pelo câmbio de 37% para 10% do total, e ampliou a

parcela prefixada de 2,2% para 18,7% do total. Com isto, reduziu-se a exposição da dívida pública à flutuação do câmbio. Os conselheiros pediram ainda a intensificação dos esforços para a renegociação das dívidas de países emergentes junto aos credores, sob pena de impedir o crescimento desses países. Com relação a esta demanda, o Presidente Lula defende, nos diversos foros em que participa, que os países ricos deveriam dar oportunidades de crescimento para os países pobres e defende ainda medidas para a concessão de descontos na dívida de países pobres altamente endividados. Uma comprovação desta convicção é que o Brasil tem concedido descontos às dívidas de seus devedores, como por exemplo, Moçambique e Bolívia.

Para promover o desenvolvimento do País, os conselheiros ressaltaram ao Ministro Palocci necessidade do Governo aumentar o salário mínimo e a renda do brasileiro. Como uma das medidas para atender esta demanda, o Ministério da Fazenda ressalta o reajuste real do salário mínimo, que deverá chegar a R\$ 300,00 em maio de 2005, acompanhado de medidas que garantem a estabilidade do nível de preços para que se assegure ganhos reais permanentes para o trabalhador. Também estão sendo adotadas medidas que possibilitem o crescimento da renda média real do trabalhador, mesmo que de forma paulatina. Comparando-se os meses de outubro de 2004 e de 2003 temos uma elevação real de 2,3%, embora no acumulado do ano tenha havido uma pequena redução (0,5%). O Ministério da Fazenda explica que esta recuperação se dá devido a expansão da atividade econômica, que tem ampliado o número de postos de trabalho, principalmente os com carteira assinada (1,9 milhão até novembro de 2004). Para a camada da população sem condições de inserção adequada no mercado de trabalho, o Governo implantou programas como o Bolsa Família, que propiciam mecanismos para melhorar a renda e ampliar sua qualificação. Uma das principais metas do Governo Lula é reduzir as desigualdades sociais e econômicas, pela via do aumento da renda e do emprego. Este objetivo norteia as diversas reformas econômicas que possibilitem alcançar a ampliação sustentada do nível de atividade.

Outras demandas dos conselheiros em relação ao tema foram:

1) Discussão de maneiras para o Brasil sair do ambiente de baixa inflação e baixo crescimento e entrar em um ambiente de baixa inflação, alto crescimento e inclusão social. O Ministério da Fazenda entende que a política monetária baseada em metas de inflação tem sido de extrema eficácia para a redução dos níveis de inflação, assegurando a recuperação do poder de compra da população e a redução nas taxas de juros reais nos últimos dois anos. Além disso, o ajuste das contas públicas por meio dos superávits primários, permitiu a recuperação da confiança na solidez da economia brasileira e a diminuição da volatilidade da taxa de câmbio. Este ajuste macroeconômico resultou em um crescimento de 6,1% do PIB entre o terceiro trimestre de 2004 e o de 2003, a maior taxa observada nesse tipo de comparação desde 1996. O Governo também tem implementado importantes medidas tributárias, de crédito e de política setorial, para assegurar a sustentabilidade desse crescimento nos próximos anos. Além disso, o Governo busca reduzir procedimentos burocráticos e estancar o crescimento da carga tributária, ciente de que a exclusão social não é apenas um problema social, mas também um limitante ao crescimento econômico no longo prazo. Outras medidas importantes foram: a redução do PIS/Cofins na cesta básica e a negociação com os estados para a redução do ICMS sobre esses produtos; a criação de mecanismos de acesso ao crédito bancário para pessoas com baixa renda; e regulamentação da obrigatoriedade de direcionamento de recursos dos bancos para o microcrédito. Esta ampliação de recursos disponíveis criará mais oportunidades para pequenos empreendedores, elevando sua renda e incluindo a população mais carente entre os beneficiados pelo crescimento econômico;

2) Avaliar a capacidade das reservas externas para enfrentar uma conjuntura de maior turbulência. O setor externo brasileiro mostra forte vitalidade, particularmente em 2004, quando as exportações cresceram 32% e o saldo da balança comercial atingiu US\$ 33,7 bilhões. Este desempenho somado a uma economia estável e em crescimento, melhorou as condições de juros e prazos para captações externas, elevando as reservas externas de US\$ 35,6 bilhões em dezembro de 2002 para US\$ 49,4 bilhões em novembro de 2004. A ampliação das reservas (mesmo com a exclusão dos recursos do FMI) tem ocorrido em conjunto com uma redução no endividamento externo, que passou de US\$ 210,7 bilhões em dezembro de 2002 para US\$ 202,2 bilhões em setembro de 2004. Além disso, as condições favoráveis propiciadas pelo mercado de câmbio nos últimos meses, permitiram que o Banco Central execute uma política de recomposição das reservas externas;

3) Avaliar as possibilidades de administração da taxa de câmbio brasileira. O Ministério da Fazenda ressalta que um regime de taxa de câmbio administrada, embora possa ser positivo para determinados setores e por período limitado, introduz distorções na alocação de recursos e no perfil de endividamento que inviabilizam o crescimento sustentável ao longo do tempo, produzindo efeitos negativos que afetam toda a estrutura econômica. O sucesso alcançado pela política cambial vigente assegura que sua manutenção é o melhor caminho para a continuidade do desenvolvimento econômico do País;

4) Criar mecanismos para evitar que se percam os ganhos fiscais já obtidos. O governo manteve a meta de superávit primário em 4,5% do PIB para o exercício de 2005 com o objetivo de assegurar a trajetória de redução da dívida pública em relação ao PIB, o que tem sido fundamental para consolidar a credibilidade da política econômica brasileira. A diminuição da relação entre dívida e PIB deve se traduzir em menores taxas reais de juros e maior crescimento econômico. Para melhorar a qualidade do ajuste fiscal o Governo deverá

adotar uma nova metodologia de apuração do superávit primário, excluindo do cálculo determinados tipos de investimentos públicos que propiciem elevado retorno econômico e social. Dessa forma é possível preservar investimentos cruciais para o desenvolvimento econômico e social do País sem descumprir a meta fiscal;

5) Financiar o desenvolvimento através de crédito doméstico. Dentre as medidas implementadas para alcançar este objetivo, o Ministério da Fazenda cita a regulamentação de operações de crédito em consignação em folha de pagamento, a criação da conta investimento, o direcionamento de recursos para operações de microcrédito, e a Lei de Falências que reduz o risco dos credores.

Ao encerrar as atividades do Plenário do CDES, o Ministro Palocci ressaltou que o atual ciclo de crescimento que vive o Brasil é mais forte e regular do que ciclos anteriores e que o Governo aposta no processo de construção do crescimento econômico, aumento da oferta de empregos e redução da pobreza e da desigualdade. A alta da taxa de juros foi justificada pelo ministro como forma de conter a inflação. Já a política de metas de superávit primário foi colocada como um compromisso do Governo, que aposta na redução da dívida pública para a manutenção do crescimento econômico.

Foram citadas as seguintes medidas adotadas para reduzir o custo do investimento: redução do prazo para o aproveitamento do crédito do PIS e da Cofins; depreciação acelerada a ser descontada da Contribuição Social sobre Lucro Líquido; instituição do Reporto (regime tributário para incentivo à modernização e ampliação da estrutura portuária); ampliação do período de apuração do IPI; e redução da alíquota do IPI. Segundo o Ministro Palocci, estas medidas geram perdas de R\$ 3 milhões a R\$ 4 milhões, que serão compensadas pelo crescimento de 1,5 % do PIB num prazo que pode variar entre cinco e sete anos.

O Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, garantiu que baixar o custo do investimento é um interesse do Governo, que, inclusive, já implementou medidas, como: consignação em folha de pagamento, que aumentou a oferta de crédito e diminuiu as taxas de juros; cédula de crédito bancário; implantação da conta investimento; tributação decrescente de renda fixa; isenção de Imposto de Renda para títulos representativos de crédito imobiliário; cooperativas de crédito de livre admissão; implementação de nova Central de Risco de Crédito, entre outros.

Alguns conselheiros criticaram a defesa da manutenção da política macroeconômica do Governo feita pelo Ministro Palocci e pelo Presidente do BC, Henrique Meirelles, e a prevalência da política macroeconômica sobre a política social.

Os Conselheiros recomendaram:

1) a diminuição do spread bancário. O Ministério da Fazenda considera que a ampliação do volume de crédito ao setor privado passa pela redução do spread cobrado nas operações de financiamento. Isto pode ser feito via redução dos riscos associados às mesmas, via aumento de opções de financiamento, via aumento no volume de recursos à disposição das instituições para a concessão de crédito, ou através da melhoria na capacidade dos agentes em administrar o descasamento entre ativos e passivos. Somado a isso, o Banco Central publica sistematicamente estudos explicitando a composição do spread, dando ao Governo informações mais precisas para que possa adotar as medidas adequadas com o objetivo de reduzir ao máximo o spread em operações de financiamento;

2) uma atuação mais enfática do BC na defesa da legalidade das operações bancárias. O Banco Central vem aprimorando sua capacidade de fiscalização e supervisão, para acelerar a detecção e punição de operações ilegais. Além disso, a criação do Sistema de Pagamentos Brasileiros (SPB), com imposição de liquidação automática das operações realizadas entre instituições bancárias, restringiu fortemente a possibilidade de operações ilícitas ou com finalidade duvidosa. O Ministério ressalta que este também é um projeto em aprimoramento contínuo;

3) que o BC proponha medidas de redução dos custos de retaguarda dos bancos. Um exemplo da atuação do BC na redução dos custos do Sistema Financeiro foi a formulação do Sistema de Pagamentos Brasileiros, que reduz os custos e os riscos associados às diversas operações realizadas pelas instituições bancárias. Também foi dada maior transparência às decisões de política monetária e ao desenvolvimento do seu sistema de informações de crédito, facilitando a avaliação do risco de crédito e reduzindo a assimetria de informação. Estas medidas acarretam importantes reduções no custo de empréstimos e de hedge das operações;

4) redução gradual da Selic, associada a metas de desempenho fiscal e acompanhamento da relação Dívida / PIB. Com a adoção do sistema de metas de inflação, no qual o Conselho Monetário Nacional estipula as metas a serem alcançadas pelo Banco Central, a taxa Selic é o principal mecanismo à disposição da Autoridade Monetária para executar a política monetária necessária ao alcance destas metas. Assim, a vinculação da taxa de juros ao desempenho fiscal elimina a flexibilidade da política monetária significando, na prática, o fim do sistema de metas de inflação. As inter-relações entre as políticas fiscais e monetárias ressaltam a importância da coordenação entre elas, contudo, a política fiscal deve ser gerenciada sob parâmetros próprios e o sucesso na condução de uma não implica em resultados positivos no âmbito da outra. É por esse motivo que o sistema de metas de inflação, adotado de forma explícita e implícita por diversos países, é considerado o mais

adequado para alcançar o crescimento econômico com baixa inflação, ou seja, aquele que impõe menos ônus à sociedade na busca por uma política monetária que se mostre sustentável no médio/longo prazo;

5) redução do compulsório, com direcionamento a novas operações de crédito. Esta é uma medida em análise pelo Governo, mas sua implementação depende de vários fatores, como: nível de liquidez do mercado, taxa de inflação e nível de atividade econômica;

6) estabelecimento de metas de redução do spread. No que concerne ao estabelecimento de metas para redução do spread é conveniente destacar que a definição desta variável não cabe ao Governo, sendo o resultado da livre negociação entre ofertantes e demandantes de crédito. Neste caso, cabe ao Governo apenas o papel de criar as condições necessárias para que tal redução se concretize, através da regulamentação do mercado e reformulação de procedimentos, como está sendo realizado;

7) ampliação da portabilidade das informações cadastrais e histórico de operações de crédito. Estão sendo realizados ajustes finais no Projeto de Lei para regulamentar o banco de dados de proteção ao crédito (Cadastro Positivo), que deverá ser encaminhado ao Congresso ainda no início de 2005;

8) incentivo público às cooperativas de crédito. Para o governo o fortalecimento das cooperativas de crédito é um dos caminhos para mobilização e aplicação da poupança em todas as regiões brasileiras, proporcionando uma maior competitividade entre os agentes ofertantes de crédito. Várias medidas estão sendo adotadas para este segmento, como: acesso das cooperativas aos recursos direcionados (ex.: Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado), a harmonização paulatina das cooperativas às prerrogativas dadas as instituições financeiras (ex.: possibilidade de administrar, gerir e distribuir cotas de fundos de investimento) e a possibilidade de constituição de novas modalidades de cooperativa de crédito (ex.: sociedades de empresários participantes de empresas vinculadas diretamente a um mesmo sindicato patronal);

9) diminuição das margens de lucro dos bancos para a diminuição do spread bancário. O Ministério da Fazenda argumenta que em uma economia de mercado a margem de lucro dos bancos é uma variável que não pode e nem deve ser controlada pelo Governo, e sim definida pela atuação dos bancos em sua função de intermediar os poupadores e os tomadores de crédito. O que o Governo já vem fazendo, é construir um ambiente favorável à redução de custos e a ampliação da concorrência que favoreça e viabilize a redução do spread pelo mercado;

10) redução das metas de superávit para aplicação destes recursos em projetos sociais. A promoção de políticas sociais que se mostrem efetivas e sustentáveis no médio/longo prazo passa pela manutenção de dois pilares: uma política monetária que prioriza o combate à inflação e uma política fiscal que enfatize a austeridade na alocação das disponibilidades do Governo. Dessa forma, será possível alcançar o equilíbrio fiscal em conjunto com ganhos reais de renda para a população. Além disso, o crescimento econômico já obtido, e cuja trajetória está sendo assegurada para o longo prazo, permitirá, ao longo do tempo, disponibilizar recursos crescentes para projetos sociais, somados aos recursos obtidos através da reformulação da metodologia de cálculo do resultado primário e da aprovação das parcerias público-privadas;

11) mudança na composição do Copom e do Conselho Monetário Nacional. O Ministério da Fazenda ressalta que o Copom é uma instância técnica que usa das ferramentas a sua disposição para cumprir o que lhe é determinado pelo Conselho Monetário Nacional, como o alcance das metas de inflação. A participação de representantes da sociedade na composição do Conselho Monetário Nacional já foi permitida no passado e o redesenho de sua composição poderá ser estudado, embora o Governo considere que já existem diversos foros importantes de interlocução do Poder Executivo com a sociedade, como o próprio CDES, que propiciam a discussão de temas e de encaminhamento de propostas de políticas de governo;

12) divulgação de boletins sistemáticos sobre as taxas de juros cobradas pelos bancos. Segundo o Ministério da Fazenda, o Banco Central já divulga periodicamente em seu site, informações com as taxas de juros cobradas pelos bancos nas diversas modalidades de operações e por tipo de cliente, pessoa jurídica ou pessoa física.

13) Correção da tabela do Imposto de Renda. No fim de 2004, o Governo anunciou a correção da tabela do IIRF em 10%.

14) Maior transparências nas ações do Banco Central, inclusive, em relação aos valores éticos que baseiam as decisões do banco. O Banco Central tem ampliado crescentemente a transparência de suas ações através da divulgação das atas das reuniões do Comitê de Política Monetária; das metas de inflação, definidas pelo Conselho Monetário Nacional; das consultas ao mercado com relação as suas expectativas de inflação; dos diversos relatórios sobre política monetária, de crédito, de câmbio e demais assuntos tratados pelo Banco Central. Adicionalmente, os dirigentes do Banco Central comparecem ao Congresso Nacional, atendendo a convocações. Consciente de que a transparência é um processo em construção, o Ministério da Fazenda em conjunto com o Banco Central estudam outras medidas que dêem maior transparência às suas decisões, sem que isto implique na divulgação de informações prejudiciais à condução da política monetária;

15) Rever a prevalência da política macroeconômica sobre a política social do Governo, sugerindo-se ainda a criação de grupos temáticos para discutir maneiras de alcançar este crescimento. O Ministério da Fazenda defende que a adoção de uma política macroeconômica consistente é condição necessária para a

viabilidade de uma política social que se mostre sustentável no médio e longo prazos. Dissociar ambas as políticas poderá agravar, ainda mais as desigualdades econômicas da população, com a volta da inflação, o descontrole dos gastos públicos e a queda no investimento. Por outro lado, ressalte-se que o Governo nunca deixou de enfatizar e procurar soluções para os problemas sociais, o que pode ser exemplificado pelo destaque dado ao Programa Fome Zero, as modificações tributárias que beneficiaram as classes menos favorecidas e a ampliação dos recursos destinados à agricultura familiar. Além disso, o fortalecimento do processo de crescimento econômico, proporcionando um aumento no número de postos de trabalho e um incremento na renda dos trabalhadores, e a aprovação de projetos-chaves que viabilizarão a majoração dos níveis de investimentos em setores fundamentais da economia, tais como as parcerias público-privadas e a nova metodologia de apuração do resultado primário acertado com o FMI, irão melhorar substancialmente a qualidade de vida da população mais carente e reduzir as desigualdades sociais e econômicas nos próximos anos;

16) Ampliar o volume de crédito ao setor privado. O Ministério da Fazenda informa que o Governo atua em diversas frentes para alcançar este objetivo. A primeira é a diminuição dos riscos associados à concessão de crédito, através da nova lei de falências, a formação do cadastro positivo, o novo sistema de informações de crédito do Banco Central e a reformulação de normativos com vistas a reduzir o custo da resolução de conflitos. Uma segunda frente de atuação é a construção de novos mecanismos de financiamento, que possibilitem uma maior aproximação entre os setores demandantes de créditos e os ofertantes e crie um ambiente mais seguro para a efetiva concessão de crédito. Entre as medidas adotadas estão os diversos instrumentos de crédito criados ou aperfeiçoados, com destaque para os setores habitacionais e do agronegócio, e a consignação em folha de pagamento. A terceira frente diz respeito ao fortalecimento do mercado de poupança de longo prazo, que abre espaço para uma melhor construção das carteiras de operações a serem assumidas pelos diversos agentes econômicos no que diz respeito aos vencimentos entre os ativos e passivos que a compõem. Dentre as medidas implementadas estão a nova sistemática de tributação dos rendimentos de renda fixa e variável e dos fundos de previdência complementar;

17) redução da TJLP para adequá-la à taxa de retorno do setor produtivo. O Ministério da Fazenda lembra que a TJLP sempre foi utilizada como ferramenta de incentivo à iniciativa privada no que tange à realização dos seus projetos de investimento. Sendo assim, sua fórmula busca contemplar mecanismos que permitam ajustes às reais necessidades e possibilidades dos investidores, considerando também a inclusão da garantia de rentabilidade dos recursos que lhe dão lastro, ou seja, é necessário na sua determinação considerar-se o risco associado aos investimentos realizados. Dessa forma, não há como impor uma redução da TJLP para adequá-la à taxa de retorno do setor produtivo. O que deve ser feito, e está sendo realizado pelo governo, é criar condições econômicas para que o retorno do investimento privado ocorra em ambiente concorrencial, com riscos de mercado aceitáveis e estabilidade macroeconômica.

Também vale ressaltar que em 2003, o Grupo de Acompanhamento de Conjuntura Econômica teve a oportunidade de debater com o Ministro Guido Mantega, à frente da pasta de Planejamento, Orçamento e Gestão na ocasião, o anteprojeto de lei em elaboração sobre as Parcerias Público-Privadas, que foi sancionado pelo Presidente Lula em 29 de dezembro de 2004. Os conselheiros puderam debater as linhas gerais do projeto.

4. Infra-Estrutura

O setor de infra-estrutura foi debatido pelo Plenário do CDES em uma reunião que contou com a participação da Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, que concentrou sua apresentação no setor de energia elétrica. Segundo a Ministra, o sistema hídrico brasileiro permite que se tenha uma das tarifas mais competitivas do mundo, desde que os custos de capital sejam remunerados com taxas internas de retorno e fluxo de caixa adequados. De acordo com Dilma Rousseff, o planejamento do setor de energia elétrica deve ser objeto de política pública e pensado num horizonte não menor do que cinco anos. Para a concepção do novo modelo para o setor elétrico, o Governo avaliou que a regra básica do mercado em vigor de preço x oferta, não funcionou. O Brasil teve um aumento do custo da energia sem ampliação da oferta, além de um dos maiores racionamentos da história de todos os países. E, mais importante, constatou-se que 12 milhões de brasileiros não tinham acesso à eletricidade. Em função disso, o Governo Lula decidiu fazer da universalização do uso da eletricidade uma política de governo. O novo modelo para o setor elétrico tem três objetivos: criar um marco regulatório estável; garantir a segurança do abastecimento; e promover a modicidade tarifária.

Sobre empréstimos internacionais, a Ministra afirmou que este foi um dos fatos que levaram o setor a uma grave crise financeira no início de 2003. Para a sustentabilidade deste setor, é essencial que predomine o financiamento interno. O MME informou que foi criado, em setembro de 2004, um Grupo de Trabalho composto por representantes do Ministério de Minas e Energia e do BNDES, que vai avaliar as condições compatíveis e necessárias para o financiamento, de modo a viabilizar financeiramente os empreendimentos objeto dos futuros

leilões de concessões. O objetivo é minimizar ao máximo o financiamento em moeda estrangeira, uma vez que os custos de desenvolvimento do projeto e os custos operacionais dar-se-ão em moeda nacional.

Os Conselheiros apontaram a existência de dúvidas em relação ao número de brasileiros sem acesso à energia elétrica, o que fez com que durante a reunião o Ministério de Minas e Energia se comprometesse a realizar um cadastramento que envolva a participação da sociedade civil. Este cadastramento foi feito por meio do Programa "Luz Para Todos", que realizou um levantamento do total de excluídos e de seu perfil. Este número será detalhado em ação conjunta com as concessionárias de distribuição de energia elétrica, ao longo do processo de universalização; pelo MME no processo de mapeamento sócio-energético junto às entidades e parceiros estaduais; e pelos comitês gestores estaduais do Programa.

Os Conselheiros reivindicaram a ampliação da participação dos consumidores no planejamento e na gestão do setor. Para esta reivindicação, ficou acertado com o Ministério que serão incluídos representantes dos consumidores no Conselho Consultivo da Empresa de Pesquisa Energética de modo que quase metade dos votos do Conselho Consultivo da EPE terá ligação direta com os consumidores.

Os conselheiros defenderam também a conciliação das necessidades energéticas do País com as legítimas preocupações sócio-ambientais. O Ministério de Minas e Energia informa que as obras propostas para o setor, tanto de geração, como de transmissão ou distribuição estão sujeitas a análises de impacto sócio-ambiental, tendo o MME dialogado com a sociedade, tanto com atingidos como com beneficiários. No Programa Luz Para Todos o processo de priorização de obras nos comitês gestores estaduais considera aquelas localidades com maior potencial de desenvolvimento sócio-econômico e suas consonâncias ambientais. Por fim, os conselheiros ressaltaram a importância de se buscar alternativas consistentes à matriz energética brasileira, como por exemplo o álcool, o gás natural e o biodiesel, uma vez que há grande instabilidade dos preços do petróleo. O Ministério de Minas e Energia explica que o PROINFA (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica) representa um grande marco à diversificação de fontes a partir de energias renováveis, sejam elas biomassa, PCH's (Pequena Central Hidrelétrica) ou eólicas. As térmicas a gás natural são uma alternativa viável na complementação à geração hidrelétrica. A ampliação do uso do etanol e a inserção do biodiesel na matriz energética brasileira são uma alternativa estratégica do ponto de vista econômico, além de dotar o país de novas tecnologias sustentáveis.

5. Desenvolvimento Regional

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional foi debatida com o Ministro Ciro Gomes (Integração Nacional). O Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, solução que surgiu durante a tramitação da Reforma Tributária, foi colocado pelo Ministro como um instrumento imprescindível para a redução das desigualdades regionais. Ciro Gomes defendeu sua aplicação de forma integrada com os Planos Regionais de Desenvolvimento, e as novas instituições de desenvolvimento regional (Sudam, Sudene e Sudeco) em processo de estruturação e com ampla participação dos Governos e das forças sociais regionais. O Ministro Ciro Gomes afirmou que não é possível fazer um exame genérico das desigualdades regionais, já que hoje é incorreto afirmar que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste são pobres e as regiões Sul e Sudeste, ricas. A Política Nacional de Desenvolvimento Regional vai radiografar a sociedade e estabelecer suas formas eficientes de atuação e distribuição de recursos do fundo. Os estudos do Ministério da Integração apontam para uma divisão do Brasil em quatro categorias: 1ª) Brasil de alta renda (cuja localização não está restrita às regiões Sul e Sudeste); 2ª) Brasil de renda média, porém estagnada; 3ª) Brasil de renda baixa e estagnada; e 4ª) Brasil com menor renda, mas em processo de avanço.

Na opinião dos Conselheiros deve haver um debate sobre o modelo tributário brasileiro, pois ele pode mudar significativamente o padrão de competição regional.

Em função da apresentação e da constatação da relevância do tema, o CDES encaminhou uma moção ao Presidente da República defendendo que o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional não tenha seus recursos pulverizados para que não haja o risco de perda de seu caráter estruturante de uma nova realidade regional brasileira, o que limitaria severamente os impactos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

6. Política Social

A Política Social do Governo Lula foi debatida pelo Grupo de Acompanhamento de Políticas Sociais do CDES. Na primeira reunião, que contou com a participação do Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, e da Subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil, Miriam Belchior, foram apresentados os objetivos gerais da Política e as medidas adotadas para a unificação dos programas sociais do Governo.

O Ministro Patrus Ananias explicou que o objetivo da unificação dos programas é criar sinergias que possibilitem uma aplicação mais criteriosa dos recursos disponíveis. Miriam Belchior apresentou os objetivos

gerais da Política Social do Governo, sua relação com a proposta de crescimento econômico, suas diretrizes e realizações.

Os Conselheiros consideraram importante que sejam definidos instrumentos que possibilitem que o CDES acompanhe e proponha alterações à Política Social. Também pediram que o Governo articule as políticas econômicas e sociais, e evite a superposição de programas entre os diversos ministérios que executam a Política. Por fim, foi colocada a necessidade de se definir o papel da sociedade civil e do Estado na implementação da Política Social.

Na segunda reunião, o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, apresentou a proposta orçamentária de 2005, definindo-a como o "Orçamento do Desenvolvimento" e o Ministro da Saúde, Humberto Costa, falou das prioridades da Política da Saúde.

O Ministro Guido Mantega fez questão de ressaltar que a proposta orçamentária foi feita com rigor e precisão e que não pode ser tratada como uma peça de ficção. O documento mostra uma redução da carga tributária e ampliação dos recursos para investimentos, que somados aos das empresas estatais chegará a R\$ 40,1 bilhões. Os recursos para o conjunto das políticas sociais foram ampliados, em termos reais, entre 8,5% e 9%. Os Conselheiros chamaram atenção para o fato de que os orçamentos públicos de 2005, 2006 e 2007 devem ter aderência com o PPA e que deve ser mantida a vinculação orçamentária às despesas com programas e projetos sociais, até que se encontre um mecanismo mais eficiente.

Durante a exposição do Ministro Humberto Costa ficou claro que uma agenda de saúde pode estar articulada com grandes questões do Desenvolvimento Nacional. Um exemplo disto é o setor de fármacos, uma das prioridades da Política Industrial, que foi destacado pelo Ministério da Saúde através da demanda para as Farmácias Populares e da implementação da produção pública de insumos estratégicos para o SUS. Na opinião dos Conselheiros, o SUS é uma grande conquista da sociedade, mas é preciso implementar um programa de formação que garanta uma gestão mais eficiente do Sistema. Eles também pediram a elaboração de uma Lei de Responsabilidade Sanitária, que expresse de forma clara os compromissos do SUS com a população e facilite a cobrança dos responsáveis pela sua gestão. Ainda no âmbito do SUS, foi colocada a necessidade de se criar estímulos que aumentem a eficiência dos Conselhos de Saúde na sua tarefa de exercer o controle social do Sistema. Sobre a produção de remédios genéricos, os conselheiros recomendaram que o Governo resista a qualquer aumento de limite das patentes dos medicamentos além do que foi estabelecido na OMC e na legislação brasileira. Por fim, pediu-se uma definição de política para fitoterápicos e terapias alternativas.

7. Micro e Pequenas Empresas, Informalidade e Autogestão

O Conselho optou por criar um grupo de trabalho temporário destinado a debater temas ligados a micro e pequenas empresas, autogestão e informalidade. Este grupo contou com o apoio do Departamento de Micro, Pequenas e Médias Empresas do MDIC e da Secretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho. Este ano foram realizadas três reuniões, sendo que a última delas encerrou os trabalhos do grupo. Como explicou o Ministro Jaques Wagner, estes temas ainda poderão ser tratados em outras esferas do Conselho e todas as discussões e recomendações produzidas durante as reuniões serão sistematizadas e encaminhadas aos ministérios finalísticos e para o Presidente da República. O Ministro ressaltou ainda que várias das recomendações, inclusive, já foram incorporadas a políticas e programas do Governo, como é o caso da proposta de inclusão de empreendedores de baixa renda e da Política de Microcrédito Orientado.

Na reunião em que se debateram as "Políticas Públicas de apoio a trabalhadores por conta própria, micro e pequenos empresários, cooperativas e associações de trabalhadores de baixa renda", os Conselheiros enfatizaram a necessidade de articulação das ações de capacitação, concessão de crédito e transferência assistida de tecnologias na perspectiva do desenvolvimento local ou regional, tendo por eixo a geração de trabalho e renda. Também foi pedido: a remodelagem do Sistema Público de Emprego, considerando suas atribuições nas políticas de trabalho e emprego para o desenvolvimento local; isenção de ICMS para produtos adquiridos por organizações associativas e cooperativas com finalidade de trabalho e renda; tratamento diferenciado nas políticas públicas para a economia solidária e a informalidade; viabilização de canais de comercialização para os produtos oriundos de trabalhadores na informalidade e em regime de autogestão.

Em outra reunião discutiu-se a proposta do Ministério da Fazenda, na ocasião ainda em fase de elaboração, de "Formalização e Inclusão Social de Empreendedores de Baixa Renda". Os Conselheiros reconheceram que a proposta traz avanços inegáveis e deve contribuir para a redução da informalidade e para a redução da regressividade do sistema tributário, mas salientaram que o projeto não contempla os empreendimentos solidários. Foi sugerida a ampliação do limite de faturamento dos beneficiados de R\$ 36 mil para R\$ 50 mil. A sugestão foi parcialmente acatada, com a introdução no projeto que está sendo apreciado no Congresso Nacional de um tratamento especial para empreendedores com renda entre R\$ 36 mil e R\$ 60 mil. Os conselheiros consideraram ainda fundamental para a viabilidade da proposta um acordo envolvendo estados e municípios, tendo em vista a elevada tributação do ICMS, ISS e de outras taxas municipais. Esta proposta foi

acatada com a criação de um Comitê Gestor (integrado pelo Poder Executivo Federal, Estados e Distrito Federal e Municípios) e o estabelecimento de um teto para as alíquotas de ICMS e ISS dos beneficiados.

Na última reunião do Grupo, a Secretaria da Receita Federal apresentou as linhas gerais da proposta de regulamentação do regime tributário das micro empresas e empresas de pequeno porte. As maiores demandas por mudanças no Simples referem-se a: extensão a novos setores, especialmente de serviços e profissionais liberais; estímulo à participação de empresas exportadoras; ampliação do limite da tabela; e compatibilização do sistema, considerando as discrepâncias locais e regionais de renda. A Receita Federal considera que são os maiores desafios: 1) Inserir o setor de serviços sem penalizar a arrecadação da Previdência Social. Uma opção seria ponderar a alíquota em função do faturamento e da folha de pagamento ou da quantidade de empregados; 2) Eliminar o viés "anti-exportador" do Simples, por exemplo, excluindo parte da receita de exportações da base de cálculo. A OMC só permite a desoneração de tributos diretos; 3) Alterar o sistema atual de alíquotas adotando uma sistemática com parcela a deduzir, nos moldes do IRPF. O modelo atual cria degraus bruscos de tributação e não incentiva a migração para outras categorias; 4) Criação de um sistema federativo com participação obrigatória do ICMS e ISS, com objetivo de criar uma integração cadastral das administrações tributárias; 5) Criar limites diferenciados, conforme a renda regional e local.

Sobre o tema da reunião, os Conselheiros reconheceram que a Receita Federal trabalha nas principais demandas dos micros e pequenos empresários, porém, recomendam que haja total desoneração da folha de pagamento com tributação exclusiva do faturamento das micro e pequenas empresas; ampliação da progressividade do Simples; regulamentação do Ato Cooperativo. E um grande desafio a ser enfrentado é o fato da informalidade e da autogestão continuarem órfãos de políticas públicas. Estes setores não são atraídos pelo Simples, tampouco, pelo projeto de formalização de pequenos empreendedores.

8. Agenda Nacional de Desenvolvimento

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social optou por elaborar uma Agenda Nacional de Desenvolvimento, que deve abrigar os objetivos necessários para se alcançar um projeto de Nação igualitária, inclusiva, com distribuição de renda e inserção internacional soberana. A Agenda Nacional de Desenvolvimento deve começar a ser implantada já e **EVOLUIR** ao longo do futuro. O Grupo Temático Fundamentos Estratégicos para o Desenvolvimento ficou responsável pela construção da AND durante o ano de 2004. Ainda no âmbito da AND foi realizada uma pesquisa entre os conselheiros, denominada "Visões da Realidade Brasileira". As respostas mostraram que a desigualdade social - concentração de renda, pobreza, miséria ou exclusão - e a educação são os problemas mais relevantes do País, de acordo com a opinião dos conselheiros pesquisados.

Também foram discutidos e pactuados os valores orientadores da Agenda Nacional de Desenvolvimento:

* **Democracia:** o fortalecimento da democracia e do Estado de Direito são fundamentais para a construção de um projeto de nação compartilhado, que assegure a prevalência do interesse coletivo.

* **Igualdade:** o desenvolvimento deve promover o equilíbrio, a equidade, a justiça social, a boa distribuição de renda, o compartilhamento da riqueza e das oportunidades.

* **Liberdade:** a construção de uma nação de cidadãos livres do medo da violência, da opressão e da injustiça; garantia do pleno exercício das liberdades individuais.

* **Desenvolvimento Sustentável:** o desenvolvimento da nação é indissociável da qualidade de vida dos cidadãos.

* **Identidade Nacional:** é necessário o fortalecer a auto-estima nacional e as características típicas do cidadão brasileiro, como criatividade, inteligência, solidariedade e alegria.

* **Diversidade:** as diversidades culturais, religiosas, étnicas, ambientais e regionais devem ser valorizadas. Todo e qualquer tipo de discriminação deve ser combatido.

* **Soberania:** o país deve construir relações harmônicas, pacíficas e soberanas com demais nações e participar ativamente da comunidade internacional, com uma economia competitiva no mercado global.

Ainda no processo de construção da AND, decidiu-se partir de uma abordagem mais abrangente, com o objetivo de produzir um entendimento globalizante. Isso resultou na proposta de definição de âmbitos problemáticos, que expressam as preocupações dos Conselheiros articuladas em questões complexas, não setoriais, evitando que a reflexão ocorra sobre problemas pontuais, o que poderia resultar em fragmentação na busca de soluções. São eles:

1. Extrema desigualdade social, inclusive de gênero e raça, com crescente concentração de renda e riqueza; parcela significativa da população vivendo na pobreza ou miséria; e diminuição da mobilidade social.

2. Dinâmica da economia é insuficiente para promover a acelerada incorporação do mercado interno potencial e suportar a concorrência internacional com o compatível desenvolvimento de novos produtos e mercados.

3. Infra-estrutura logística degradada, não-competitiva, promotora de desigualdades inter-regionais, intersetoriais e sociais.

4. Inexistência de eficaz sistema nacional público/privado de financiamento do desenvolvimento; estrutura tributária irracional, regressiva e penalizadora da produção e do trabalho.

5. Insegurança pública e cidadã; justiça pouco democrática; aparato estatal com baixa capacidade regulatória-fiscalizadora.

6. Baixa capacidade operativa do Estado; dificuldade para gerir contenciosos federativos; desequilíbrios regionais profundos; e insustentabilidade da gestão de recursos naturais nas novas fronteiras de ocupação do território.

9. Diálogo Social : Alavanca para o desenvolvimento

A primeira Mesa-redonda promovida pelo CDES, cujo tema foi "Diálogo Social: Alavanca para o Desenvolvimento", contou com uma mensagem do economista e professor Celso Furtado expressa em entrevista ao Ministro Jaques Wagner. Na sua opinião a questão social associada a geração de emprego deve ser central no processo de desenvolvimento. Concluiu-se que os maiores potenciais brasileiros estão na sua herança industrial, sua capacidade de desenvolvimento tecnológico e a cultura. A complexidade do processo de desenvolvimento num mundo desigual economicamente e militarmente pode ser combatida se o País conseguir converter o consenso nacional, a vontade política e a visão estratégica em capacidade de planejamento integrada entre Estado e sociedade.

10. Diálogo Sobre a Dimensão Social da Globalização

O tema da segunda Mesa-redonda foi "Diálogo sobre a Dimensão Social da Globalização" e contou com a participação de Juan Somavia, diretor geral da OIT. No evento concluiu-se que é necessário implementar políticas nacionais integradas já que a globalização é um movimento articulado. O diálogo social é o caminho de consolidação de uma posição comum da sociedade sobre a globalização e é um instrumento de mudança. O trabalho do CDES se baseia neste conceito: colocar muitos olhos sobre o mesmo tema para produzir resultados mais justos e permanentes.

Mas o grande desafio e a demanda democrática mais generalizada do mundo é, segundo a OIT, o Trabalho Decente. Ou seja, é preciso criar mais e melhores empregos, conjugando uma boa e saudável política macroeconômica com os objetivos do trabalho decente. O crescimento e investimento devem ser pensados de maneira que tenham como consequência a geração de mais empregos.

11. Licenciamento Ambiental

Sobre este tema o CDES promoveu um colóquio com a presença da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Durante a reunião, chegou-se ao consenso de que não existe dicotomia entre o conceito de desenvolvimento econômico e o conceito de sustentabilidade ambiental. Pelo contrário, as experiências mostram que empresas ambientalmente sustentáveis são reconhecidas internacionalmente e se tornam mais competitivas nos mercados globais. O Governo deve priorizar o reforço do Sistema Nacional de Meio Ambiente para que se consiga melhorar a metodologia do licenciamento. Na reunião ficou claro que é possível tratar de licenciamento ambiental de forma adequada quando existe espaço para o diálogo, suportado por critérios técnicos e políticos legítimos e capacidade para atuar com competência e transparência no processo.

12. Desenvolvimento Econômico e Social e moradia: Perspectiva do Setor Habitacional

Nesta reunião os Conselheiros reafirmaram a necessidade de que se defina uma Política Nacional de Habitação e um Sistema Nacional de Habitação. A criação do Ministério das Cidades e do Conselho das Cidades já foram passos significativos para isto. A Política Habitacional deve ser concebida de forma diferenciada por faixa de renda, a faixa que tem renda mensal de até três salários mínimos deve ser priorizada, pois é aí que se situa o maior problema. O grande desafio, no entanto, será ampliar os recursos disponíveis para subsidiar o atendimento deste segmento. Concluiu-se que existem condições de financiamento privado de moradias para quem tem renda entre cinco e dez salários mínimos, mediante parceria com agentes públicos.

13. Reforma Universitária

O anteprojeto de Lei da Reforma Universitária, apresentado pelo Ministro da Educação, Tarso Genro, propõe mudanças na universidade pública federal e um novo sistema de regulamentação das instituições privadas de ensino superior. Uma das prioridades do Governo será resgatar o papel social da Universidade

pública, sem, no entanto, esquecer que estas mudanças só surtirão efeito com a devida valorização do ensino básico. Para isto, o MEC propôs a criação do Fundeb (Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Trabalhadores na Educação), que será tratado com a mesma prioridade que a reforma do ensino superior, sob pena deste último beneficiar apenas as elites. O projeto segue os princípios de que educação é um bem público, direito básico e fator estratégico para a redução das desigualdades sociais e regionais e que o ensino superior oficial deve ser gratuito, entre outros. A instalação das instituições privadas seguindo apenas a lógica de mercado será enfrentada para que o ensino não perca qualidade. O MEC também buscará corrigir as distorções e diferenças observadas nas instituições de ensino superior, fruto das desigualdades regionais.

Para os Conselheiros, a valorização do ensino básico é essencial para a democratização do acesso. As políticas de inclusão foram elogiadas, mas como um instrumento temporário. Distribuição de renda e de riqueza são as soluções definitivas para combater as desigualdades. Deve-se garantir o aumento do volume de recursos para pesquisa e extensão e a autonomia dos reitores para gerir os recursos. Foi reconhecida a importância do processo de avaliação das universidades, mas com participação da sociedade. O debate deve ser vinculado a um projeto de desenvolvimento do País.

Os Conselheiros sistematizarão seus comentários para submeter uma proposta de alterações ao anteprojeto do MEC.

14. Atividades Internacionais

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social trabalha em ampla cooperação internacional, através da participação na Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares (AICESIS) e do intercâmbio permanente com o Comitê Econômico e Social Europeu (CESE), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), BID, Banco Mundial e o PNUD. O objetivo é disseminar a cultura do diálogo e o fortalecimento das instituições democráticas, especialmente, na América Latina.

No trabalho conjunto com a AICESIS, a proposta é democratizar o sistema de governança global representado por organismos multilaterais como a ONU e a OMC. Atendendo a uma idéia concebida pelo Presidente Lula, o CDES também assumiu o desafio de construir uma ponte entre o Fórum Econômico de Davos e o Fórum Social de Porto Alegre, estabelecendo uma rodada de negociações entre os representantes dos dois Fóruns a respeito de um processo de desenvolvimento favorável para todas as nações.

O ministro Jaques Wagner participou em 2004 de encontros no Peru, Argentina, México, Genebra, Bruxelas, Chile e Paris.